



Ao

**SENHOR DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA
CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP**

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO Nº: 00112-00008154/2024-95.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024

FCB TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA., já qualificada nos autos do pregão eletrônico em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, à luz da Lei Nº 13.303/2016 e demais normas aplicáveis, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO** interposto pela empresa **BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.**, perante essa administração que de forma absolutamente coerente declarou esta Recorrida vencedora do **LOTE 03** da presente licitação.



Assim, apresenta-se contrarrazão comprovando que as razões recursais foram apresentadas de maneira leviana e lúdica, com o claro intuito de manipular resultado em favor da Recorrente, motivos que ensejam o total indeferimento do Recurso e a manutenção da plena habilitação da FCB no Lote 03.

I) DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO

Na análise do recurso apresentado é possível constatar que não reside qualquer elemento ali capaz de reverter o resultado do julgamento da habilitação que correu dentro dos ditames da lei, de forma totalmente transparente, com correto julgamento por parte do órgão licitante, eis que, conforme restará comprovado ao final, todos os argumentos ali trazidos carecem de fundamentação jurídica ou técnica plausível, bem como foram manipulados para que a Recorrente pudesse lograr êxito, já que uma possível desclassificação da FCB a beneficia.

Daqui já se nota uma certa litigância de má-fé da Recorrida, que converte elementos para satisfazer seu entendimento, manipula exigências editalícias e tenta a todo custo desacreditar documentos probos, emitidos pelo próprio órgão licitante.

Assim, e por amor ao debate, vamos de maneira clara e assertiva desconstruir cada um dos lúdicos argumentos trazidos na exordial.

Desta forma, temos que Recorrente alega os seguintes descumprimentos aos requisitos do edital:

- a) AUSÊNCIA DO GRAU DE ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO (EF);
- b) AUSÊNCIA DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS E ÀS DE TERCEIROS;
- c) INVALIDADE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA – DESTOCAMENTO.

Neste diapasão, demonstraremos que tais alegações são tão absurdas que não se consegue identificar a real motivação da peça recursal apresentada, além de protelar resultado que ocorreu dentro da legalidade e demais princípios basilares que regem os



procedimentos licitatórios, que sejam da vinculação ao Edital, do julgamento objetivo, eficiência, busca pela verdade material e do formalismo moderado.

a) DO EQUÍVOCO QUANTO A ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO GRAU DE ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO (EF) – SUBITEM 7.3.1.5.2 DO EDITAL

De maneira objetiva refuta-se a alegação da Recorrente, pois conforme se depreende da peça recursal, houve claramente um “equívoco” na sua análise quanto ao requisito disposto no edital.

Isto porque, o edital não exige a apresentação dos índices calculados ou assinados por profissional de contabilidade, mas apenas define que a situação financeira será avaliada pelos índices obtidos pelas fórmulas dos valores apresentados no balanço patrimonial e DRE exigidos nos itens anteriores:

7.3.1.5.2. A boa situação financeira da sociedade empresária será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral ≥ 1 , Solvência Geral ≥ 1 , Liquidez corrente ≥ 1 , Endividamento Geral $\leq 80\%$ (oitenta por cento) e Endividamento Financeiro ≤ 1 , resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (LG)

$ILG = (\text{ATIVO CIRC} + \text{ATIVO NÃO CIRC}) / (\text{PASSIVO CIRC} + \text{PASSIVO NÃO CIRC})$

Índice de Solvência Geral (SG)

$ISG = \text{ATIVO TOTAL} / (\text{PASSIVO CIRC} + \text{PASSIVO NÃO CIRC})$

Índice de Liquidez Corrente (LC)

$ILC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$

Índice de Endividamento Geral (EG)

$EG = (\text{DÍVIDA TOTAL} / \text{ATIVO TOTAL}) \times 100$

Índice de Endividamento Financeiro (EF)

$EF = \text{DÍVIDA BRUTA (DE CURTO E LONGO PRAZO)} / \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$

O que se exige é que a empresa apresente a boa situação financeira e não o cálculo dos índices por qualquer formalidade, que não sejam os dados do Balanço. Assim, mesmo que a empresa apresente os citados índices, o órgão tem o dever de calculá-los para verificação dos valores ali apresentados, ou na ausência deles, realizar o cálculo com os dados apresentados nos documentos contábeis.

Aplicando a fórmula Índice de Endividamento Financeiro (EF) acima, temos:



EF=34.705.443,14/ 44.838.596,61 = **0,77 valor inferior aos 1 exigido no edital!**

Não há qualquer descumprimento dos requisitos dispostos no edital, já que os dados se encontram no Balanço Patrimonial e DRE apresentados e a Recorrente poderia facilmente verificar o atendimento ao item realizando a análise confirma estipula o edital, como foi realizado pela Novacap.

b) DO EQUÍVOCO NA ALEGAÇÃO DA AUSÊNCIA DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS E ÀS DE TERCEIROS – SUBITEM 7.3.2.4

Argumenta, mas uma vez de forma equivocada, e em total desconhecimento do regramento sobre licitações públicas , que a Recorrida deixou de apresentar certidão relativa à requisito obrigatório da Regularidade Fiscal, porém, sem analisar o caput do item, desconsiderando o aspecto central da exigência e a quem se destina.

O edital assim requer:

7.3. Para habilitar-se na presente licitação as empresas deverão estar devidamente CADASTRADAS e HABILITADAS PARCIALMENTE no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou mediante a apresentação da documentação relacionada no item 7.3.2 deste Edital.

(...)

7.3.2. As Licitantes que não são cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF, deverão encaminhar os seguintes documentos:

(...)

7.3.2.4 – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

Ora, a regra do edital é clara quanto a quem cabe apresentação dos documentos dispostos no subitem 7.3.2, sendo inconteste que o cadastro e habilitação no SICAF supre as exigências deste subitem, nos termos do subitem 7.3. Portanto, e conforme pode ser



verificado na documentação apresentada, a Recorrente é cadastrada e habilitada no SICAF no nível de regularidade fiscal, constando a regularidade da presente certidão na data de abertura do Pregão, podendo ainda, ser verificada *online* no portal do governo sua plena regularidade e validade.

Mais uma vez, demonstra-se a forma lúdica que a Recorrente apresenta suas razões, não restando outra decisão que o indeferimento do seu pleito.

c) DO EQUÍVOCO NA ALEGAÇÃO DE IVALIDADE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS - SUBITEM 7.3.2.4

Neste ponto, os argumentos se demonstraram mais ardilosos, pois além de equivocados, há informações manipuladas, demonstrando certa má-fé da BIOVETOR ao converter de forma vil tanta a exigência editalícia quanto a descrição dos serviços dispostos nos atestados.

Aqui faremos 03 análises independentes, buscando dar total clareza ao pleno atendimento do item pela FCB e desconstruindo totalmente tais argumentos da Recorrente:

1) DOS ATESTADOS EMITIDOS PELA CORUMBA CONCESSÕES

Para se habilitar tecnicamente no certame, foi exigido pelo edital e Termo de Referência, a apresentação das seguintes experiências:

7.3.1.1.18. Da Comprovação de Qualificação Técnica

7.3.1.1.18.1 - A empresa arrematante deverá apresentar comprovação de qualificação técnica de acordo com os itens 11.3 e 11.4 do Termo de referência.

O subitem 11.4 do Termo de Referência especificou as exigências quanto a capacidade técnica, sendo que, para o que importa, a exigência quanto ao item Destocamento foi destacada no subitem 11.4.3, que definiu:

11.4.3. Considerando a necessidade de que a empresa contratada tenha conhecimento técnico na execução dos serviços de destocamento e considerando que este serviço não é a atividade de maior relevância **será apenas exigido que a**



empresa Proponente comprove já ter executado, a qualquer tempo, sem destinação ou quantidade o serviço de destocamento.

Aqui já fica claro os critérios que devem ser observados na avaliação dos documentos, havendo expresse que, independente do tempo, destinação e quantidade, o que se busca é apenas a comprovação de conhecimento técnico, o que, indubitavelmente pode ser comprovado nos 02 atestados apresentados emitidos pela Corumbá Concessões.

Destinação neste caso deve ser também entendido como local, já que, diferentemente da poda de árvore, o destocamento não exige critérios técnicos diferentes quando realizados em zonas florestais ou urbanas. Não poderia ser outra a interpretação, por ser lógica e tecnicamente plausível aos fins que se busca nesta contratação.

Assim, temos que os mencionados atestados comprovam a execução de serviços de **“retirada de raízes envolto em solo” VÍRGULA também a “retirada de ervas daninhas”** e etc. Observa-se que, no presente contrato também houveram serviços de poda de árvores o que comprova que, de forma global, o destocamento foi realizado durante a execução das PODAS DE ARVORES, ACEIRO E ROÇADA:

ITENS	DADOS TÉCNICOS
01	Mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos
02	Poda de árvore, aceiro, roçada manual e/ou mecanizada com retirada de raízes envoltos em solo, ervas daninhas, rastelagem e destinação em local apropriado

Vemos que a forma como a BIOVETOR descreveu a atividade ali disposta, deturpando a frase e trazendo interpretação que não se coaduna com a verdade material, deve ser veementemente combatida, uma vez que a Administração Pública não pode se colocar a mercê de achismos e interpretações restritivas, sob pena de ir contra Princípios basilares quer seja Julgamento objetivo, Formalismo moderado, Interesse Público, Seleção da proposta mais vantajosa.

Ademais, o que se pede é a comprovação de serviços compatíveis e não iguais, o que concede ao julgador a discricionariedade para analisar se os serviços descritos estão em consonância ao exigido no edital.

Imperioso destacar que, conforme a descrito na exigência do subitem 11.4.3, o serviço de Destocamento não é a atividade de maior relevância, sendo um absurdo supor a invalidade do documento ou inabilitação de Recorrida por não haver em seu atestado de capacidade técnica o termo “lenhoso” ou por não ser executada em região urbana, o que não se coaduna com os objetivos da habilitação técnica.

Desta forma, não há o que falar em invalidade dos atestados para a atividade de Destocamento, já que, pelo critério de julgamento objetivo, cumpre todos os requisitos necessários a plena aceitação.

2) DO ATESTADO EMITIDO PELA NOVACAP – Nº 46/2024

Neste ponto, o primeiro aspecto apontado pela Recorrente foi o mero erro material na data dos termos aditivos durante a emissão do atestado, e em que nada invalida sua forma. Vemos que em todos os campos relativos ao Termo aditivo foi colocada a mesma informação com data futura (02/05/2025), o que por si só não configura qualquer irregularidade na emissão do documento ou nos contratos.

No segundo aspecto, salientou-se a ausência do Responsável Técnico, sem se atentar que o RT está vinculado aos contratos, e por sua vez, ao atestado, por força da proposta e habilitação enviados durante o processo licitatório dos contratos ali dispostos.

Por fim, a Recorrente solicita a invalidade do atestado por não haver apresentação de CAT, se abstendo de considerar que o atestado foi emitido pelo próprio órgão licitante, dando a este, prerrogativa para assegurar que os serviços foram prestados de maneira correta.

Tal prerrogativa se dá pelo princípio da presunção de legitimidade, de legalidade e de veracidade, pois os documentos emitidos pela Administração Pública são dotados do atributo da presunção de legitimidade e de legalidade, tornando-se presumivelmente verdadeiras quanto aos fatos e adequadas quanto à legalidade. Tal atributo permite, inclusive,



a mitigação de requisitos quando o documento é emitido pela própria administração, dando veracidade e legitimidade ao conteúdo do ato ou decisão administrativa, mesmo que não conte com a concordância do particular.

O Tribunal de Contas da União – TCU, vem julgando temas a respeito da exigência de CAT em atestados há algum tempo, definindo que a CAT é documento suplementar, mas não indispensável a qualificação técnico-operacional.

Seguindo os precedentes do Tribunal, temos os Acórdãos 1674/2018-Plenário e 2326/2019-Plenário e, de acordo com tais julgados, *“os dois documentos são complementares, e não excludentes”*. Isso porque, para o TCU, a CAT serve como elemento de verificação da autenticidade e validade dos atestados emitidos, o que no caso concreto, é elemento dispensável pelo fato do atestado em combate ter sido emitido pela própria NOVACAP:

“21. (...) não haveria incompatibilidade alguma com o normativo do Confea [Resolução 1.025/2009] se o edital exigisse a apresentação do atestado de capacidade técnica em nome da pessoa jurídica, mas que, para fins exclusivos de verificação da autenticidade desses atestados, fossem também encaminhadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações de responsabilidade técnica (ART) emitidas em nome dos seus responsáveis técnicos, pessoas físicas. Isso porque a CAT contém número de controle que permite a sua consulta acerca da autenticidade e da validade do documento por meio da rede mundial de computadores (art. 56 da Resolução Confea 1.025/2009). (...)”

27. Já a habilitação técnico-operacional é feita por meio dos atestados técnicos emitidos pelo contratante em nome da pessoa jurídica, mas o exame das certidões de acervo técnico emitidas em nome dos engenheiros responsáveis pelos serviços proporciona uma forma célere e segura de conferir a autenticidade e veracidade das informações existentes nos atestados.”. Dito isso, o relator então concluiu que: a) o atestado de capacidade técnica contém informações sobre as características da obra ou serviço realizado;

ACÓRDÃO 2326/2019 – PLENÁRIO | RELATOR: BENJAMIN ZYMLER

Neste passo, tem-se que a exigência do subitem 11.4.3 fez a seguinte ressalva *“Considerando a necessidade de que **a empresa contratada tenha conhecimento técnico** na*



execução dos serviços de destocamento” e, considerando que não há transferência de conhecimento de acervo de qualificação profissional para operacional, podemos ainda concluir que para a comprovação deste item específico seria desnecessária a apresentação de CAT.

Para o Tribunal de Contas da União. – TCU, está questão já está pacificada:

Não se admite a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, para fins de comprovação de qualificação técnica em licitações públicas, pois a capacidade técnico-operacional (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) não se confunde com a capacidade técnico-profissional (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993), uma vez que a primeira considera aspectos típicos da pessoa jurídica, como instalações, equipamentos e equipe, enquanto a segunda relaciona-se ao profissional que atua na empresa.

ACÓRDÃO 1951/2022-PLENÁRIO | RELATOR: VITAL DO RÊGO

As normas que regulam as licitações devem ser interpretadas de maneira que propiciem a ampliação da disputa, sem que comprometam a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação (Acórdãos 1.162/2006, 536/2007 e 1.046/2008, do Plenário) , o que possibilitará a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração (Acórdão 1734/2009-TCU-Plenário) .

No caso em lide a Recorrente se apega demasiadamente à forma em detrimento da interpretação sistemática do edital, da Lei e dos princípios norteadores das disputas públicas, trazendo argumentos que estão em descompasso com o princípio da proporcionalidade, manifestando-se desarrazoada e contrariamente ao interesse público.

Marçal Justem Filho, *in* Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 13. ed, p. 76, ao tratar do princípio da proporcionalidade ensina, *in verbis*:

"O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam



a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais."

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RMS 23714/DF, relator Ministro Sepúlveda Pertence, asseverou:

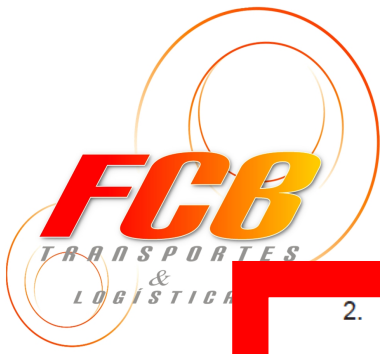
"Se de fato o edital é a 'lei interna' da licitação, deve-se abordá-lo frente ao caso concreto tal qual toda norma emanada do Poder Legislativo, interpretando-o à luz do bom senso e da razoabilidade, a fim de que seja alcançado seu objetivo, nunca se esgotando na literalidade de suas prescrições. Assim sendo, a vinculação ao instrumento editalício deve ser entendida sempre de forma a assegurar o atendimento do interesse público, repudiando-se que se sobreponham formalismo desarrazoados. Não fosse assim, não seriam admitidos nem mesmo os vícios sanáveis os quais, em algum ponto, sempre traduzem infringência a alguma diretriz estabelecida pelo instrumento editalício."

Pelo exposto, é plenamente possível, a luz da jurisprudência majoritária a aceitação deste atestado para os fins que se almejam, ou seja, comprovação do conhecimento técnico da FCB nos serviços de destocamento, pois eis que realizado nos parâmetros do órgão licitante.

3) DO ATESTADO EMITIDO PELO METRÔ

Por fim, para exterminar de vez qualquer dúvida quanto a plena habilitação da FCB a qualquer lote desta licitação, temos que, os serviços de destocamento também poderão ser comprovados na execução dos serviços realizados ao METRÔ, por haver sido realizado dentro do escopo da prestação dos serviços, conforme pode ser verificado no detalhamento do edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2017 – METRÔ/DF – UASG: 925046, página 34¹:

¹ Edital disponível no link <https://metro.df.gov.br/?page_id=35809>



2. Os serviços de roço e capina devem ser realizados de maneira contínua, a fim de garantir que a vegetação presente nas margens da via permanente do METRÔ-DF estejam sempre aparadas, com cortes rentes ao solo, e livres de matos altos (maiores que 15 cm), árvores, galhos, etc., sem que para tanto sejam arrancadas do solo, de maneira que as raízes, que ajudam a garantir a estabilidade do solo, sejam mantidas no mesmo.

Importante salientar que a atividade de destocamento não se limita a retirada de raízes, tendo como objetivo o nivelamento do solo, conforme estipula o Termo de Referência do edital da Novacap:

7.46. DESTOCAMENTO

7.47. Objetivando eliminar resíduos lenhosos e proporcionar um manejo completo e eficiente da arborização urbana, a contratada deverá realizar, APENAS QUANDO SOLICITADO, o destocamento e a retirada dos resíduos remanescentes produzidos pelas intervenções arbóreas.

7.48. O Contratada só deverá realizar o destocamento se indicada expressamente em ordem de serviço pelo Departamento de Parques e Jardins.

7.49. Primeiramente deverá ser realizada a escarificação do solo rente a cepa do tronco, com enxada;

7.50. Em seguida o destocador fará desgaste da cepa até a profundidade mínima de 30 centímetros do nível do solo, bem como das raízes expostas (a profundidade poderá ainda ser alterada de acordo com a necessidade de cada ocasião, sendo instruída por empregado do DPJ por meio de Ordem de serviço);

7.51. No final da operação, todo o material oriundo da destoca, bem como os resíduos de terra, deverão ser distribuídos no local onde existia anteriormente a cepa deixando o solo nivelado;

Nunca é demais lembrar que a comprovação da qualificação técnica tem por finalidade assegurar que o licitante, enquanto organização empresarial, detém estrutura administrativa e organizacional mínima para executar satisfatoriamente o objeto licitado. Para tanto, busca-se saber, através da experiência anterior, se o licitante já executou objeto com características, quantidades e prazos compatíveis ao objeto da licitação e neste ponto a **FCB** comprovou, sem sombra de dúvidas, toda a capacidade técnica exigida no edital.

A forma maliciosa como a recorrente analisou os documentos de habilitação, fica ainda mais latente quando vista de maneira holística, pois no conjunto das alegações fica claro o único objetivo do presente recurso: Sua convocação.



Não restam dúvidas, pelo conteúdo raso das alegações acima destacadas, que a Recorrente comete erro grosseiro na interpretação do edital, bem como no conhecimento das normas vigentes que norteiam os processos de compras no Brasil.

Dessa forma, mostra-se ilegal a desclassificação da proposta da FCB no processamento do Pregão Eletrônico nº 033/2024, por tal decisão se coadunar em afronta aos princípios do formalismo moderado, da economicidade, da proporcionalidade, da razoabilidade, da busca pela verdade material, da moralidade e da probidade administrativa.

II) DA CONCLUSÃO E PEDIDO

Destarte, conforme amplamente comprovado no bojo desta peça, não há que se falar em inabilitação da empresa **FCB TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA** por não atendimento a itens do edital, uma vez que comprovou sua plena capacidade aos itens do edital.

Portanto, ante aos fatos e os elementos aqui lançados e observados os termos da Lei nº. 13.303/2026, bem como observados os termos legais que regulamentam o Processo Administrativo, a LICITANTE, REQUER:

- a) O reconhecimento da tempestividade da contrarrazão ao Recurso na forma da lei;
- b) No mérito, a improcedência total do Recurso apresentado pela **BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.** com a manutenção da habilitação da Recorrida;
- c) A observância à lei, fazendo subir, devidamente instruído, os autos à autoridade superior em caso de denegação do que ora se postula.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento

Brasília/DF, 30 de dezembro de 2024.

FCB TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA
FLÁVIO BARCELOS
Representante Legal